

Racionalidade Antropocena e Educação Ambiental

Vilmar Alves Pereira ¹

Jaime José Zitkoski ²

Artículo de investigación



¹ Universidad Internacional
Iberoamericana -Puerto Rico, EE.UU
vilmar1972@gmail.com ✉

² Universidade Federal do Rio
Grande do Sul -Porto Alegre, Brasil
jaimezitkoski@gmail.com

Recibido: 26/04/2023
Revisado: 27/05/2023
Aprobado: 09/10/2023
Publicado: 01/01/2024

Resumo

Esse artigo discute o conceito de racionalidade que no Ocidente orienta as leituras do Antropoceno. A partir de uma abordagem da hermenêutica filosófica, realiza esse movimento ao tomar por referência, num primeiro momento, os vestígios da racionalidade e a sua relação com a mitologia grega e demonstra sua maior expressão na modernidade europeia. Num segundo, a partir desse debate, o estudo reconhece a possibilidade de fusão entre a racionalidade moderna instrumental e o Antropoceno como Racionalidade Antropocena. A partir dos limites e da crise dessa racionalidade, sugere a perspectiva da Racionalidade Ambiental como possibilidade reconstrutiva das narrativas históricas e pedagógicas. Considera, finalmente que um dos campos em que racionalidade ambiental é muito fecunda é a Educação Ambiental, pelos movimentos reconstrutivos que já vêm realizando.

Palavras-chave: racionalidade antropocena, racionalidade ambiental, educação ambiental

Racionalidad del Antropoceno y Educación Ambiental

Resumen

Este artículo discute el concepto de racionalidad que orienta las lecturas del Antropoceno en Occidente. Basado en un enfoque hermenéutico filosófico, este movimiento toma como referencia, en un primer momento, los vestigios de la racionalidad y su relación con la mitología griega y demuestra su máxima expresión en la modernidad europea. En un segundo, a partir de este debate, el estudio reconoce la posibilidad de fusionar la racionalidad instrumental moderna y el Antropoceno como Racionalidad Antropocena. Desde los límites y la crisis de esta racionalidad, sugiere la perspectiva de la Racionalidad Ambiental como posibilidad reconstructiva de las narrativas históricas y pedagógicas. Finalmente, considera que uno de los campos en los que la racionalidad ambiental es muy fructífera es la Educación Ambiental, debido a los movimientos reconstructivos que ya viene realizando.

Palabras clave: racionalidad del antropoceno, racionalidad ambiental, educación ambiental

Rationality of the Anthropocene and Environmental Education

Abstract

This article examines how interpretations of the Anthropocene in the Western world are guided by the concept of rationality. Drawing on a philosophical hermeneutic approach, the movement initially explores the remnants of rationality and its connection to Greek mythology, with its fullest manifestation seen in European modernity. Expanding on this discussion, the study proposes the idea of merging modern instrumental rationality with the Anthropocene, creating what is referred to as Anthropocene Rationality. Recognizing the limitations and crises of this rationality, the article suggests Environmental Rationality as a reconstructive possibility for historical and pedagogical narratives. Lastly, it highlights Environmental Education as a particularly valuable domain for the application of environmental rationality due to the ongoing reconstructive efforts it involves.

Keywords: anthropocene rationality, environmental rationality, environmental education

Introdução

Considerado um tema agregador, o Antropoceno vem recebendo atenção de diferentes campos do saber. Trazendo em seu bojo o reconhecimento de que ações humanas possuem capacidade e força similar a qualquer outra força da natureza de transformar e demarcar um novo período ou era glacial o Antropoceno vem sendo reconhecido no contexto atual como revelador dos alcances compreensivos e de avaliação da relação entre os humanos e as demais naturezas. Nesta perspectiva, Steffen *et al.* (2011) consideram que: “a humanidade, nossa própria espécie, tornou-se tão grande e ativa que agora rivaliza com algumas das grandes forças da natureza em seu impacto no funcionamento do sistema terrestre” (p.842).

A sua reivindicação adquire maior proporção no contexto das mudanças climáticas onde percebemos os sinais visíveis que expressam sintomas e patologias socioambientais como consequência de um modo de existência com grande descuido e destruição da vida, o que fica mais explícito na modernidade capitalista. Desse modo, o Antropoceno participa do conjunto de compreensões e diagnósticos de múltiplas crises relacionadas a crise ambiental que pode ser entendida em relação direta com a crise do sistema capitalista e da racionalidade econômica (Foster 2005; Lowy, 2014; Loureiro & Layrargues, 2013; Sabogal & Hurtado, 2008), crise da modernidade da ciência e da política (Latour, 2019) e crise da razão e da civilização (Adorno & Horkheimer, 1985; Leff, 2006).

Os sintomas da crise são mais agravados no contexto da pandemia onde são reconhecidas três grandes emergências estampadas na: crise na saúde, na perda da biodiversidade e na emergência climática como indicado por Artaxo (2020) e Heyd (2020). Para além disso, a emergência climática se apresenta como um movimento reflexivo que vai além das mudanças climáticas. Na mudança climática se reconhece um processo natural das mudanças, já na emergência se considera desde já, o momento e a urgência de risco provocados pela intervenção e a ação humana que influenciam para que ocorra a mudança com grande agravamento bem como se reconhece a necessidade compreendida por Gilding (2019, p. 311) de que “a mobilização de emergência em grande escala para deter a crise climática está dentro de nossa capacidade, social e politicamente, se assim o escolhermos”. Assim, a condição de emergência reivindica movimentos de respostas a crise climática.

A grande teia de relações em torno do Antropoceno reconhece que, mesmo ainda sendo um termo em afirmação que foi mais utilizado nas últimas duas décadas, expressa um diagnóstico que traduz, de certa maneira os modos de existência nos quais traduz relações humanidade natureza que necessitam serem compreendidas bem como estudadas. Daí a relevância da Educação Ambiental na compreensão hermenêutica do Antropoceno. Trata-se de uma Educação Ambiental que busca investigar essas relações de domínio da natureza que ficam mais explícitas no contexto da modernidade ocidental europeia. Nesse sentido, caberia aos humanos pelo uso da razão, na modernidade se libertar do jugo do ambiente e, se apropriar dos recursos naturais (Bloch, 2001). A questão ambiental não se trata de uma pauta emergente, mas sempre esteve presente na cultura ocidental principalmente na modernidade quando o assunto se refere a continuidade da vida humana e os modos de expansão coloniais (Pádua, 2010).

Esses processos não ocorrem em vazios históricos e culturais, mas quase sempre estão enxarcados de questões que envolvem relações de poder, político, econômico e cultural, fazendo com que os eventos históricos sejam vivenciados de formas particulares em cada contexto geográfico. Dessa forma, é difícil conjugar modos universalistas do Antropoceno em contextos com especificidades próprias. No entanto, é possível reconhecer a presença de uma racionalidade orientadora do Antropoceno na cultura ocidental.

É justamente esse o objetivo desse estudo onde busca se questionar, qual é a racionalidade que orienta o antropoceno na cultura ocidental? Para além dessa identificação busca-se compreender as contribuições dessa racionalidade nas relações de domínio da natureza pelos humanos, associada a crise da racionalidade com a crise do modelo civilizatório. Igualmente, questiona-se sobre possibilidades e perspectivas de descolonização da racionalidade e do Antropoceno para América Latina pelo horizonte da Educação Ambiental.

Para dar conta desse objetivo, busca-se possibilidades dialógicas na história da filosofia, em especial na Teoria Crítica (Freitag, 1986), a partir do trinômio mito, racionalidade e Antropoceno. Justifica-se essa escolha por reconhecer a existência de estreitos laços entre essas categorias com aspectos precedentes ao que, do ponto de vista histórico, é considerado as fases do Antropoceno. Nesse sentido, a principal hipótese desse estudo parte do pressuposto de que no Ocidente, há uma racionalidade que interfere significativamente no que reconhecemos como Antropoceno e que pode ser percebida na cultura ocidental como ordenadora da vida em diferentes períodos históricos, mas que se expressa de modo mais contundente na modernidade pela capacidade de estabelecer alianças e pelos endereçamentos que atribuem sentidos para o projeto de sociedade capitalista. Uma segunda hipótese caminha no sentido de que a Educação Ambiental e a história ambiental já vêm demonstrando possibilidades de reconhecimento de alteridades que foram tradicionalmente negadas e de que nelas podem estar indicativos de alternativas ao Antropoceno com base em outras cosmovivências, outras ontoepistemologias, outras racionalidades, outras economias, outras pedagogias (Santos et al., 2016).

Metodologia

Trata-se de uma pesquisa de revisão bibliográfica onde utiliza-se como referência o horizonte da perspectiva hermenêutica de Gadamer. Nesta concepção, não há dissociação entre a dimensão epistemológica e metodológica. Isso porque no processo interpretativo-compreensivo há uma fusão da epistemologia que, no processo, se converte em metodologia. Nesse sentido, o trabalho hermenêutico está orientado em sua análise para a ampliação da compreensão que ocorre através dos processos de interpretação. Cabe ser ressaltado que esse processo se dá de forma mais livre, sem as rígidas categorizações das metodologias clássicas conservadoras. No entanto, a sua grande contribuição consiste na busca de sentido pela ampliação da compreensão daquilo que se mostra entre o texto, o interprete e o contexto. O olhar hermenêutico alarga as possibilidades de percebermos aquilo que sempre esteve ali, porém nunca fora reconhecido.

Desse modo, ao buscarmos a aproximação desse trinômio mito, racionalidade e Antropoceno, realizamos movimentos compreensivos com aproximações de questões e tempos históricos que podem apresentar alguns aportes para as leituras do Antropoceno.

Desse modo, organizamos o texto em duas etapas que seguem: a primeira pelo debate entre mito, racionalidade e Antropoceno tomando por referência o horizonte da Teoria Crítica em especial a obra *Dialética do Esclarecimento* e a segunda, mais ensaística, onde se busca, pelo horizonte da Racionalidade Ambiental, aportes para as leituras do Antropoceno.

Emergência e Vestígios da Racionalidade Esclarecida do Antropoceno

É importante ressaltar que a relação humanidade-natureza remonta a períodos precedentes da história onde são reconhecidos os primeiros vestígios da presença humana na terra. Pensar o Antropoceno permite nos remetermos a diferentes épocas e períodos que problematizam essa relação. No caso específico desse estudo, nos reportamos para o contexto onde são reconhecidos os vestígios da emergência de uma racionalidade ocidental nas encruzilhadas do mediterrâneo. Vai ser nesse contexto, a partir de heranças da cultura egípcia que no mediterrâneo grego marcado por um pluralismo de posições será ser possível reconhecer conforme Cambi (1999) que:

Dessa encruzilhada mediterrânea emergirá a “emancipação do pensamento pelo mito” e a variedade da ciência e da filosofia, que, entretanto, se nutrem longamente daquele material mitopoiético e o investem de um processo de antropologização, criando um vínculo com a experiência mundana (p.47).

Precede essa racionalidade uma densa e significativa importância atribuída à mitologia grega e aos modos como expressam a vida em diferentes dimensões. No entanto, é fundamental consideramos uma mudança significativa na compreensão do sentido dos mitos que busca superar aquela ideia de fábula e ficção e, ao contrário, são reconhecidos como “histórias verdadeiras”. Esse deslocamento promove aos diferentes campos de pesquisa possibilidades hermenêuticas que, ao ampliar a compreensão dos mitos, trazem outras leituras eivadas de novos sentidos. Daí a necessidade de compreendermos os mitos vivos, como chaves de leitura para entendermos os modos de existência de um povo e, para além de um olhar sobre seu passado, contribuem para a compreensão da realidade e do momento contemporâneo (Eliade, 1972).

Vivendo a terrível experiência do contexto do holocausto nazista Adorno & Horkheimer (1947/1985) realizam importante questionamentos sobre os rumos da sociedade moderna e de suas promessas iluministas na *Dialética do Esclarecimento*. O referido contexto permite aos autores não apenas suspeitas, mas a busca das causas do fracasso de um projeto de sociedade que havia se colocado como esclarecida e feito promessas de um futuro não alcançado. Ao invés de buscar apenas no presente as causas da falência do atingimento de uma sociedade esclarecida, inventariam a relação entre uma razão, que em seu nascedouro, procura se desvencilhar de toda e qualquer natureza e dependência mítica. Realizam esse empreendimento tomando por referência o conceito de esclarecimento que pode ser entendido por Adorno & Horkheimer, (1947/1985) que:

No sentido mais amplo do progresso do pensamento, o esclarecimento tem perseguido sempre o objetivo de livrar os homens do medo e de investi-los na posição de senhores. Mas

a terra totalmente esclarecida resplandece sob o signo de uma calamidade triunfal (p. 17).

Ao inventariar o programa do esclarecimento e as suas insuficiências em alcançar a emancipação prometida, é possível que sejam identificadas as causas e limitações dessa racionalidade esclarecida. Elas estão associadas a uma intenção primeira em substituir a imaginação pelo saber. Isso pode ser identificado, desde os pensadores pré-socráticos até a racionalidade instrumental que orienta o modo de se fazer ciência na modernidade. No bojo dessa racionalidade estão as intencionalidades de colocar o ser humano numa posição de superioridade e de domínio das demais naturezas. Essa ideia de domínio da natureza não está apenas na filosofia dos pré-socráticos, como também em Platão e Aristóteles, que buscam indicar uma supremacia da razão na explicação e no sentido do mundo. “Com as ideias de Platão, finalmente também os deuses patriarcais do Olimpo foram capturados pelo logos filosófico” (Adorno & Horkheimer, 1947/1985, p. 19).

É uma ideia de razão que associada ao catolicismo medieval retoma a separação operada pela visão dualista de mundo em Platão entre mundo real e mundo ideal, sobrepondo a Cidade de Deus sobre a dimensão mundana e falível da Cidade dos Homens. Associa-se se a isso, a retomada do mito judaico da criação que coloca o ser humano (criatura) na condição de domínio sobre as demais criaturas: “e dominarão os peixes do mar e as aves do céu e o gado e a terra inteira e todos os répteis que se arrastam sobre a terra” (Gênesis, I, 26). Mesmo sob a roupagem religiosa, a razão esclarecida usa formas de disfarce, não se distanciando do principal objetivo que consiste em encontrar formas de domínio. Se no contexto grego a razão busca capturar os deuses do Olimpo, no contexto medieval esse projeto está voltado para vencer as magias e expulsar os demônios. No fundo o que impera conforme Adorno & Horkheimer (1947/1985), é “(...) o princípio da racionalidade corrosiva da qual acusam o esclarecimento. O esclarecimento é totalitário” (p. 19).

Desse modo, a racionalidade que orienta o antropoceno passeia na história em diferentes contextos, porém, nunca abdicando do seu principal objetivo estampado na ideia de domínio. No entanto, em nenhum momento histórico ela se expressa de forma tão explícita quanto no contexto da modernidade europeia. Nesse contexto, estão as bases orientadoras que acabam assumindo e ganhando proporções nas formas de domínio em todo o projeto que se coloca como civilizatório-colonizador onde conforme Chakrabarty (2008), “A narrativa da modernidade é construída a partir de um pensamento europeu, em particular o historicismo [...] as demais regiões do mundo receberão posteriormente aquilo que apareceu primeiro na Europa (p. 7).

Na modernidade, a ideia de domínio encontra as possibilidades de maximização de alcance dos seus objetivos. Os fatores que explicam essa posição dizem respeito a outros ingredientes que favorecem essa prospecção. As justificativas desse crescimento partem do entendimento que na modernidade a racionalidade é uma categoria que deve ser compreendida associada a ciência, mas fundamentalmente a subjetividade. A referida fusão entre racionalidade, subjetividade e ciência promovem um grande deslocamento até então não presenciado. Isso pode ser percebido sobre a forma como o conhecimento sempre foi visto até a modernidade como algo externo aos humanos. Tanto no contexto da filosofia nascente quanto no contexto medieval se considera que o conhecimento está nas coisas e cabe aos humanos essa busca de compreensão. Já na modernidade, a figura de um sujeito (pensante) desloca para o ser humano a fonte do conhecimento. É o que

conhecemos com Descartes e Bacon, que fazem a defesa de um ser humano que reúne em si as condições de acesso ao conhecimento e a verdade. Esse deslocamento da verdade externa, que agora está nos humanos, recebe o nome de metafísica da subjetividade que segundo Prestes (1997), “Ela refere-se a algo que está subjacente, que serve de fundamento. Na filosofia moderna, o sujeito passa a constituir a base de justificação da realidade externa” (p.83).

Assim, a racionalidade que orienta o antropoceno assume a sua dimensão metafísica na figura de um sujeito visto com a capacidade de dar sentido a realidade. De forma explícita, ela pode ser vista no modo sobre como se pensa a ciência na modernidade. Está presente na invenção da imprensa, da bússola e do canhão. São invenções que foram produzidas na ciência, na guerra na economia, comércio e navegação. Em proporções diferentes, busca-se nesse contexto justificar que a superioridade do ser humano encontra-se no saber. Essa racionalidade é a que está expressa na obra de Bacon quando reconhece a possibilidade de um casamento feliz e indissociável entre saber e poder, conforme reconhecem Adorno & Horkheimer (1947/1985):

O saber que é poder não conhece barreira alguma [...] a técnica é a essência desse saber, que não visa conceitos e imagens, mas o método, a utilização do trabalho de outros, o capital [...] o que os homens querem aprender da natureza é como emprega-la para dominar completamente a ela e aos homens [...] poder e conhecimentos são sinônimos (p. 19).

Esse projeto de poder, ancorado numa racionalidade demasiadamente pretenciosa, vai aos poucos, na modernidade, negando suas próprias pretensões de esclarecimento e, ao invés de buscar a emancipação por um sujeito, livre racional e autônomo, que caminha com suas próprias pernas, sem a necessidade da direção de outrem como defendia Kant (1985), assume os contornos de uma racionalidade que se instrumentaliza. Nessa racionalidade é possível reconhecermos o quanto os movimentos de racionalização da natureza e da sociedade produziram o desencantamento como o mundo por acreditar que pela via da racionalidade técnica era possível agir sobre os fenômenos no sentido de submetê-los ao poder humano, objetificando e coisificando a realidade pelo sujeito (Adorno & Horkheimer, 1995).

Percebendo a força que os processos de racionalização do mundo operam em todas as dimensões da vida, é que se reconhece na modernidade a presença de uma razão ou racionalidade instrumental. Trata-se de uma racionalidade fria, calculista, voltadas para fins cujo maior endereçamento é o aumento do lucro e do poder. Portanto, é pragmática e manipulável na busca do controle e do domínio individual e coletivo (Weber, 1989). É nesse horizonte que se reconhece, segundo Adorno & Horkheimer (1947/1985), que “o mito se converte em esclarecimento, e a natureza em mera objetividade” (p. 21).

Essa leitura associada ao Antropoceno nos permite realizar dois movimentos: um primeiro ir às raízes desse fracasso e encontrar na *Dialética do Esclarecimento* as causas que estão associadas a uma concepção de racionalidade ocidental que, buscando superar as narrativas míticas, cria igualmente um percurso, que de certo modo, vai cair numa aporia, entendida como uma espécie de “um beco sem saída”. O que essa racionalidade não se dá conta é que ela não supera o mito, pois a ideia de domínio já está presente na mitologia grega. Como exemplo, que ilustra inclusive um modo de agir racionalmente, negando a sensibilidade e aceitando o

sacrifício para alcançar o domínio, temos na Odisseia a figura de Ulisses. Trata-se de um grande conquistador que para atingir tais fins, no retorno para casa, impede a tripulação de ceder a sedução do “canto da sereia”, mas que também, para retomar seu posto, utiliza-se da astúcia e do malogro matando todos os seus supostos rivais quando voltou para casa. Nessa narrativa mítica, é possível encontrarmos elementos muito similares a mesma racionalidade que orienta o sistema capitalista, cujo horizonte maior está na ideia de domínio. Um segundo movimento está na percepção e no alcance que a referida racionalidade possui em diferentes momentos históricos, em especial no contexto das duas guerras mundiais. Na guerra é possível considerar as insuficiências e limites da razão que ancorada na subjetividade metafísica busca “uma pretensa emancipação a uma total submissão e controle, numa realidade histórico-social totalmente administrada pelos parâmetros funcionais da razão instrumental” (Silva, 1997 p.03).

A racionalidade instrumental estratégica se expressa e se converte em racionalidade antropocena. Ela pode ser identificada tanto na primeira fase do Antropoceno (Revolução Industrial – 1800; na Grande Aceleração – 1945-2000 ou no Antropoceno 3.0 no período recente desse início do século. No que concerne a primeira fase, essa racionalidade que se converte em uma força que é superior ou similar as demais forças da natureza, se expressa entre a mudança que demarca o fim da agricultura como atividade mais dominante e igualmente está nesse movimento da busca por energias pela exploração de combustíveis fósseis, ao mesmo tempo que expande seus empreendimentos rumos a novas conquistas e ampliação de poder que alimenta o sistema capitalista. Demarca sua presença também na busca de aumento dos processos de mecanização e de intervenção nos recursos naturais alterando paisagens, rios e florestas em busca de crescimento. Isso pode ser visto no exponencial crescimento populacional, do uso de energia que aumentou 40 vezes e no crescimento econômico de 50 vezes a mais. Isso ocorre apenas entre os anos de 1800 a 2000. (Steffen et al., 2011).

No que diz respeito a segunda fase a Grande Aceleração, ali temos os grandes efeitos da racionalidade antropocena reconhecida em primeiro, na capacidade que os humanos se utilizam da racionalidade para a destruição e eliminação do seu próprio semelhante. O importante diagnóstico da Teoria Crítica demonstra o desencanto com a racionalidade fria e calculista, cujo ponto de culminância está estampado em Auschwitz. Em nome do poder, da ideia de domínio, essa racionalidade se traduz numa perspectiva necrófila. Paradoxalmente, como essa racionalidade é pragmática e maleável conforme os interesses do sistema, possui grande capacidade de adaptação. Nesse sentido, a Grande Aceleração (1945-2000) traduz a capacidade de reinvenção da racionalidade antropocena. Essa capacidade pode ser identificada no aumento populacional que mais que duplica nas últimas 7 décadas, no aumento de consumo de petróleo, mudanças na mobilidade através de automóveis, viagens aéreas e marítimas ampliando significativamente a fabricação dos meios de transportes e as possibilidades de deslocamentos, bem como amplas mudanças no setor das comunicações. Como essa racionalidade traz em seu bojo seus vícios, esses “avanços”, carregam consigo inúmeras anomalias. Elas vão desde o grande impacto nas questões ambientais com destruição e descuido e mitigação da vida em diferentes proporções (Steffen et al., 2011).

A racionalidade Antropocena deixa suas marcas mais fortes nas últimas 7 décadas onde a crise ambiental se apresenta de modo agudo e estamos em constante ameaças sobre

a possibilidade da manutenção da vida no planeta. Os eventos extremos de toda a ordem nas diferentes partes do planeta, indicam o que já vinha sendo diagnosticado por muitos especialistas que colocavam sob suspeita a continuidade de nossa existência. As mudanças climáticas são a expressão dos sintomas de um planeta doente. Sintomas esses que podem ser vistos em temperaturas nunca antes registradas, tanto de calor quanto de frio extremos que tem levado a morte humanos, nos incêndios florestais com proporções e fumaças de alcance global, nas inundações, chuvas extremas e desastres ambientais, sendo que os países africanos vêm pagando um preço mais alto, bem como no aumento de emissões de gases de efeito estufa verificados nos eventos causados pelo aquecimento global (Escalante, 2019; Alves, 2022). Esse grave diagnóstico traz algumas exigências imperativas no que concerne a mudança de atitudes. É o que reivindica Blank (2015):

Em função da incerteza e da imprevisibilidade do caos que vivenciamos hoje no mundo, é imperativo repensar uma nova relação entre o homem e a natureza, a fim de criar mecanismos para implementar ferramentas necessárias à perfectibilização desse novo relacionamento (p. 164).

A condição reivindicada acima nos permite outros dois movimentos: um primeiro consiste reconhecer a terceira fase do Antropoceno 3.0 onde em tese se considera o momento atual de reivindicação de maior consciência dos humanos sobre a profunda crise civilizatória que estamos atravessando e que fora ainda mais agravada no contexto da pandemia Covid19. Esta fase ainda integra um conjunto de polêmicas, pelo fato de que alguns autores consideram que ainda estamos vivenciando a grande aceleração pois o crescimento acelerado iniciado nos 1950 continua com expectativas de aumento da população para 9 bilhões em 2050 e com indícios muito pequenos de despertar da consciência da humanidade sobre o atual contexto de emergência climática e de esgotamento paradigmático (Padua, 2016; Steffen et al., 2011; Syvitski., et al, 2020).

O segundo movimento está associado a necessidade propositiva que possam buscar alternativas a racionalidade antropocena, aqui identificada como uma racionalidade herdeira da racionalidade instrumental estratégica, que, em virtude das suas vinculações com o pensamento filosófico clássico, não avançou no sentido de atingimento do esclarecimento tão almejado. Ao contrário disso, como aprendemos com a perspectiva da Teoria Crítica onde para Freitag (1986), o suposto esclarecimento se converteu num mito. Cabe então, a tarefa de recolocar ou situar a racionalidade sobre outras bases que possam renovar o sentido existencial ontológico, permitir a garantia da vida humana e não humana nas suas múltiplas dimensões. Essa é tarefa que nos propomos a partir de agora.

O reposicionamento da Racionalidade Antropocena pela via da Racionalidade Ambiental

Considerar esses movimentos pressupõe a demarcação de aspectos que começam com a segunda geração da Escola de Frankfurt, onde Habermas (2001) promove significativos avanços na noção de racionalidade. Considerando as limitações de uma racionalidade que embasou uma filosofia da consciência com um conceito de razão centrada no sujeito, esse pensador vai propor pelo horizonte da linguagem e do pensamento pós metafísico Habermas (2002), a via de

uma racionalidade comunicativa. A referida racionalidade reconhece inicialmente a presença de quatro conceitos de ação: ação teleológica, ação regulada por normas, ação dramatúrgica e pôr fim a *ação comunicativa* que pressupõe para Habermas (2001), a “interação de ao menos dois sujeitos de linguagem e de ação que estabelecem uma relação interpessoal” (p.224).

Numa perspectiva de abertura esse conceito de ação inclui o ator na questão da racionalidade, cujo movimento linguístico se dá no contexto de três mundos: objetivo social e subjetivo. Vejamos com Habermas, (2001) compreende esse processo:

A ação comunicativa se baseia em um processo cooperativo de interpretação em que os participantes se referem simultaneamente a algo no mundo objetivo, no mundo social e no mundo subjetivo quando, em sua manifestação, somente sublinham tematicamente um destes três componentes” (p. 171).

É nesse horizonte linguístico, onde deslocando a razão para além da dimensão do pensamento, que no palco desses três mundos são buscados novos acordos, e possibilidades de consensos com pretensão de validade e com entendimento de forma intersubjetiva. Desse modo, a racionalidade comunicativa visando o entendimento, reconhece igualmente as influências de dois mundos: o mundo do sistema e o mundo da vida. Então retomando Weber (1989), Habermas demonstra a forma que a racionalidade instrumental opera como a racionalidade do mundo do sistema e penetra igualmente nas estruturas do mundo vida. Nessa racionalidade, o que temos é o domínio das forças econômicas e da burocratização social. Diferente disso, compreende Habermas (2001) que: “O mundo da vida constitui um horizonte e, ao mesmo tempo, oferece um acervo de evidências culturais do qual os participantes da comunicação tiram, em seus esforços de comunicação, padrões exegéticos consentidos” (p.161).

O grande empenho e tarefa da racionalidade comunicativa é não permitir e que o mundo do sistema colonize o mundo da vida. E para isso ocorrer a racionalidade comunicativa deve agir em perspectivas de descolonização do mundo da vida. Em síntese, consideramos até aqui que a racionalidade ocidental, nas suas múltiplas expressões em diferentes períodos históricos esteve associada ao projeto de esclarecimento que fracassou por ter se traído nos seus objetivos e ter se convertido em mito. As anomalias de uma razão instrumental que se converte em razão antropocena demonstra um projeto de uma subjetividade metafísica que em nome do lucro, da ideia de domínio e de aumento do poder colonizou as estruturas do mundo da vida onde o sujeito alça seu voo e, sem se dar conta, ao pretender dominar os objetos ele próprio se converte em objeto (Adorno & Horkheimer, 1995). A racionalidade comunicativa, sugerida por Habermas (2001) refere-se a esse horizonte onde a razão pela via da linguagem é reposicionada. Desse movimento emergem possibilidades de outras formas em que a razão pode se expressar. É esse o caso da noção de racionalidade ambiental como alternativa a racionalidade antropocena.

Racionalidade Ambiental e Educação Ambiental

A concepção de uma racionalidade ambiental trata-se de uma concepção latino-americana que tem como ponto de partida o reconhecimento de que a crise ambiental está associada a crise da civilização com amplos alcances como compreende Leff (2006):

crise da cultura ocidental, da racionalidade da modernidade, da economia e do

mundo globalizado. Não é uma catástrofe ecológica nem um simples desequilíbrio da economia. É a própria desarticulação do mundo ao qual conduz a coisificação do ser e a superexploração da natureza; é a perda do sentido da existência que gera o pensamento racional em sua negação da outridade (p.15).

Apontando para os limites estreitos da racionalidade antropocena a crise ambiental está associada a densos processos de coisificação do mundo, crise do efeito do conhecimento sobre o mundo, portanto é uma crise da modernidade que não se reduz a uma simples passagem entre modernidade e pós modernidade. Trata-se de reivindicações com deslocamentos profundos que surgem no horizonte da filosofia da linguagem que permitem a emergência de novos sentidos no horizonte simbólico e na relação humanidade-natureza (Leff, 2006).

Situada nas fissuras do pensamento moderno a racionalidade ambiental procura desvelar todo esse processo que aprisionou o pensamento a uma noção de racionalidade que culminam com a racionalidade baseada na ideia de domínio da natureza e da cultura, identificada aqui como racionalidade antropocena. A partir desse lugar a racionalidade ambiental assume também os objetivos de reconstrução do mundo com possibilidades de ressignificação da natureza, desconstrução da razão que reforça as forças ecodestrutivas do mundo que desencadeiam nesses processos de insustentabilidade, questionamento e inquirição dos núcleos centrais da racionalidade totalitária sobre a vida, indagação sobre as visões hegemônicas e universalistas que negam as demais outridades ambientais criando perspectivas fundamentalistas, desconstrução da racionalidade positivista na sua representação de mundo e inauguração de um novo olhar sobre o real e o simbólico no horizonte da linguagem com possibilidades de recodificação da realidade e de realização um movimento de enfrentamento contrastando as teorias do pensamento em especial da racionalidade moderna. (Leff, 2006).

A racionalidade ambiental, longe de ser a repetição de um paradigma científico, se coloca nesse movimento hermenêutico compreensivo e crítico de possibilidades, que possam orientar movimentos na direção da sustentabilidade da vida. Mais do que assumir um pensamento fixo, para Leff (2006), “Abre caminho para fazer caminhos, para lavrar territórios da vida, para encantar a existência fora dos cercos da objetividade de uma razão de força maior que anule os sentidos da história” (p. 26).

Pensar alguns portes da racionalidade ambiental a racionalidade antropocena, pressupõe densos processos de descolonização da racionalidade ocidental que denunciamos ao longo desse estudo. No entanto, uma perspectiva hermenêutica nos permite compreender que, para além de Leff (2006), já existem pensadores com trabalhos reconhecidos que vem realizando esse movimento em relação ao antropoceno sob diferentes ângulos. São movimentos que ressignificam e alargam a leitura do Antropoceno.

Apresenta uma efetiva contribuição no campo da Educação Ambiental, da Ecologia Política latino Americana, em espaços de diálogos de saberes nos diferentes espaços formativos, em especial dos movimentos sociais populares, a racionalidade ambiental através da Educação Ambiental pode contribuir com leituras de outros campos que, de certo modo vem realizando esse esforço compreensivo de leituras com perspectivas descolonizadoras da racionalidade eurocêntrica (Eschenhagen, 2021).

Esse alargamento hermenêutico compreensivo pode ser identificado, por exemplo nas leituras do Antropoceno, que desafiam os educadores ambientais a reconhecer o ser humano num processo de avaliação sobre como a ação tem produzido um efeito tão impactante no universo. Possibilita também avaliações da relação humanidade-natureza menos universalistas e mais abertas ao reconhecimento de possibilidades ao longo do tempo e não apenas demarcadas por um período específico da história. Contribui para uma Educação Ambiental comprometida com os fundamentos das políticas em Educação Ambiental a partir de um horizonte crítico (Corbetta, & Sessano, 2021).

Desse modo a racionalidade ambiental pode contribuir nas leituras da Educação Ambiental que se propõe pensar o ser humano nas suas amplas e complexas relações. Igualmente deve contribuir no reconhecimento das múltiplas dimensões que envolvem a existência humana. Padua (2010) conclui que:

No acontecer da vida social, na vida vivida que a história procura imperfeitamente reconstruir, todos esses elementos se encontram profundamente unidos e mesclados na experiência coletiva. Uma via teórica fascinante, na busca por leituras menos dualistas, se abre quando a ecologia da auto-organização afirma que a tese culturalista de que os seres humanos constroem o mundo a partir da sua percepção e da sua cultura deve ser ampliada em dois sentidos (p.93).

Associada essa compreensão, é possível identificarmos leituras de Educação Ambiental que apontam para possibilidades de reconstrução histórica. Essas leituras proporcionam a emergência de outros sentidos sobre narrativas que reforçaram tradicionalmente visões dualistas com suas ideias de domínio e de poder. Esse é o caso, por exemplo, da abordagem do Antropoceno na história do Brasil que ressignifica muitas narrativas clássicas e contribui para compreendermos, por exemplo, o papel do Brasil associado ao projeto de colonização e expansão e as suas implicações na mudança padrões no país. Conforme Padua (2022):

Ao contrário da primeira etapa do Antropoceno, a inserção do Brasil na Grande Aceleração não se resumiu ao fornecimento de produtos primários para outras regiões do planeta. Houve também uma forte transformação nos padrões internos de produção e consumo (p.21).

Uma Educação Ambiental com vínculos estreitos com os processos e racionalidades históricas possibilita a leitura do Antropoceno muito fecunda e permite percebermos a força da racionalidade antropocena nos eventos históricos inclusive brasileiros. Ela também possibilita compreendermos as causas e motivos pelos quais chegamos ao profundo estágio de crise ambiental brasileira, associado aos demais eventos do planeta. Ao ressignificar a Educação Ambiental, a racionalidade ambiental, além de proporcionar novas leituras em nossos mundos de vida, cria possibilidades de mudarmos as direções impostas pelas racionalidades estreitas orientadas por visões dualistas de mundo e se comprometer com os problemas do nosso tempo e da nossa região da América Latina e Caribe (Alves et al., 2023).

Pelo caminho da Educação Ambiental, além de compreendermos melhor o horizonte do Antropoceno, também é possível realizar leituras descolonizam as clássicas narrativas da racionalidade ocidental a partir dessa visão hegemônica, universalista e instrumentalizadora do mundo. A Educação Ambiental, para além das denúncias, sugere possibilidades de

reconhecimento de outridades ambientais que podem permitir reconstruções orientadas pelos diálogos de saberes. Assim, a Educação Ambiental acolhe os saberes culturais e os modos de existências ancestrais e populares que sempre estiveram aí, porém nem sempre foram reconhecidos. Essa perspectiva reforça o pertencimento e o protagonismo dos sujeitos sociais e pode criar condições de maior emancipação não mais almejada como um tólos transcendental, mas como possibilidades de reorientação da vida vivida na experiência intersubjetiva-coletiva.

Considerações Finais

A leitura do Antropoceno pelo horizonte da racionalidade é muito fecunda e cria possibilidades de alguns avanços no sentido de: compreender que os educativos não são movimentos espontâneos, ao contrário em seu bojo estão intrínsecas racionalidades portadoras de sentidos; identificar a partir da Teoria Crítica dos pensadores da Escola de Frankfurt os vestígios e a presença de uma racionalidade que desde a mitologia esteve vinculada a ideia de domínio da natureza humana e não humana; reconhecer a força que a racionalidade assume no contexto da modernidade europeia que se expressa a partir da aliança com o subjetividade metafísica e com a ciência; compreender como a racionalidade instrumental estratégica moderna, se converte em racionalidade antropocena no contexto da sistema capitalista; e, finalmente sugerir aportes a crise dessa racionalidade pelo horizonte da racionalidade ambiental cunhada por Leff (2006).

A Educação Ambiental vinculada a racionalidade ambiental, de horizonte hermenêutico pode contribuir significativamente, em leituras que permitam a reconstrução da própria história do Antropoceno para além do reconhecimento das ações e intervenções humanas como força geológica igual as demais naturezas. A racionalidade ambiental que emerge da filosofia da linguagem ressignifica a as visões dualistas e possibilita leituras muito mais próximas das experiências e modos de viver a vida coletivamente. Entendemos que a racionalidade ambiental já está presente em leituras e compreensões sobre o Antropoceno que estão sendo feitas por pensadores de diferentes campos com interface com o campo ambiental. Desse modo, entendemos que a racionalidade ambiental integra esse conjunto de amplos processos de descolonização da razão orientada pela ideia de domínio. Portanto, Educação Ambiental a ela associada, além de descolonizar, cria espaços de emergência de reconhecimentos de novos saberes e novas formas de ação. Nesse espaço o Sul deve assumir protagonismos e reivindicações de uma Educação do Sul que emerge da necessidade de uma pedagogia do sul para o enfrentamento da crise ambiental (Lima & Nascimento, 2021).

Trata-se de uma Educação Ambiental orientada por uma racionalidade engajada ao mundo no sentido ético e político. Desse modo, longe da visão catastrófica do Antropoceno a Educação Ambiental pela vida da racionalidade ambiental pode servir como horizontes de possibilidades de ressignificar o vivido na teia de relações pedagógicas, históricas, biológicas, social, cultural, econômicas, enfim, não se busca mais relações com o meio ambiente, mas com o ambiente inteiro a partir de um compromisso com a defesa da vida com justiça ambiental.

Referências

- Adorno, T., & Horkheimer, M. (1947/1985). *Dialética do esclarecimento: fragmentos filosóficos*. (G. A. de Almeida, Trad.). Jorge Zahar.
- Adorno, T., & Horkheimer, M. (1995) *Sobre Sujeito e Objeto, Palavras e Sinais: modelos críticos*. (M. H. Ruschel e Á. Valls, Trad.). Vozes.
- Alves, J. (2022). Crescimento demoeconômico no Antropoceno e negacionismo demográfico. *Liinc em Revista, [S. l.]*, 18 (1), -5942. <https://doi.org/10.18617/liinc.v18i1.5942>
- Alves, P., Florêncio da S., & Namara, A. (2023). Perspectives on Environmental Education and Environmental Justice for a Latin America and the Caribbean Post-Covid-19. *Universidad Y Sociedad*, 15(2), 73-81. <https://rus.ucf.edu.cu/index.php/rus/article/view/3607>
- Artaxo, P. (2020). As três emergências que nossa sociedade enfrenta: saúde, biodiversidade e mudanças climáticas. *Estudos Avançados (Online)*, 34(100), 53-66. <https://doi.org/10.1590/s0103-4014.2020.34100.005>
- Nova, J. (1990). Desclée de Brouwer. Blank, D. M. P. (2015). O contexto das Mudanças Climáticas e as suas vítimas. *Mercator*, Fortaleza, 14(2), 157 – 172. <https://doi.org/10.4215/RM2015.1402.0010>
- Bloch, M. (2001). *Apologia da História ou O Ofício de Historiador*. Rio de Janeiro: ed. Zahar.
- Cambi, F. (1999). *História da Pedagogia*. Trad. Álvaro Lorencini. Fundação Editora da UNESP.
- Chakrabarty, D. (2008). *Provincializing Europe: Postcolonial Thought and Historical Difference*. Princeton University Press.
- Corbetta, S., & Sessano, P. (2021). Fundamentos políticos y conceptuales para diseñar las políticas de educación ambiental en el sistema educativo argentino. *Praxis & Saber*, 12 (28), e11560. <https://doi.org/10.19053/22160159.v12.n28.2021.11560>
- Escalante, C. (2009). *El Antropoceno Tecnología, naturaleza y condición humana*. Ensayos Ciencia y Sociedad: Catarata, Madrid.
- Eschenhagen, M. (2021). Colonialidad del saber – educación ambiental: la necesidad de diálogos de saberes. *Praxis & Saber*, 12(28), e11601. <https://doi.org/10.19053/22160159.v12.n28.2021.11601>
- Eliade, M. (1994). *Mito e realidade*. São Paulo: perspectiva.
- Foster, J. (2005). *A ecologia de Marx: materialismo e natureza*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- Freitag, B. (1986). *A teoria crítica: ontem e hoje*. São Paulo. Brasiliense.
- Gilding, P. (2019). Why I welcome a climate emergency. University of Cambridge Institute for Sustainability Leadership, UK: *Nature* 573 (311) <https://doi.org/10.1038/d41586-019-02735-w>
- Habermas, J. (2001). *Teoría de la acción comunicativa: Racionalidad de la acción Y racionalización social*. (M. J. Redondo, Trad). Taurus.
- Habermas, J. (2002). *Pensamento pós-metafísico*. (F. B. Siebeneichler. Trad.). Tempo Brasileiro.
- Heyd, T. (2020). Covid-19 and climate change in the times of the Anthropocene. *The Anthropocene Review*, 8 (1), 21–36. <https://doi.org/10.1177/205301962096179>
- Kant, I. (1985). Resposta à pergunta: O que é “Esclarecimento”??. In: *Textos Seletos*. (2ª ed. pp. 100-117). Vozes.

- Latour, B. (2019). *Políticas da natureza. Como associar a ciência à democracia*. UNESP.
- Leff, E. (2006). *Racionalidade ambiental: a reapropriação social da natureza*. (L. C. Cabral, Trad). Civilização Brasileira.
- Loureiro, C., & Layrargues, P. (2013). Ecologia política, justiça e educação ambiental crítica: perspectivas de aliança contra-hegemônica. *Trabalho, Educação e Saúde (Online)*, 11(1) 53-71. <https://doi.org/10.1590/S1981-77462013000100004>
- Lima, N., & Nascimento, M. (2021). Atterrando no sul: uma proposta político-epistemológica para a área de educação em ciências do Antropoceno. *Ciência & Educação (Online)*, v. 27 (e21041) xx), 1-16. <https://doi.org/10.1590/1516-731320210041>
- Löwy, M. (2014). *O que é o Ecosocialismo?*. Cortez.
- Padua, J. (2010). As bases teóricas da história ambiental. *Estudos Avançados*, São Paulo, v. 24(68). 81-101. <https://doi.org/10.1590/S0103-40142010000100009>
- Padua, J. (2016). Antropoceno 3.0. *Entrevista com José Augusto Pádua*. 104 (8-13). <https://periodicos.fgv.br/pagina22/article/view/64616>
- Padua, J. (2022). Localizando a História do Antropoceno: o caso do Brasil. In: Déborah Danowski, Eduardo Viveiros de Castro e Rafael Saldanha. *Os Mil Nomes de Gaia: Do Antropoceno à Idade da Terra*, (1. ed), Machado.
- Prestes, N. (1997). Metafísica da subjetividade na Educação: as dificuldades do desvencilhamento. *Educação & Realidade*, 22 (1), 81-94. <https://seer.ufrgs.br/index.php/educacaoe realidade/article/view/71465>
- Sabogal, A., & Hurtado, E. (2008). Elementos del Concepto Racionalidad Ambiental. *Revista Facultad de Ciencias Económicas: Investigación y Reflexión*, 16 (2), 117-132. http://www.scielo.org.co/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0121-68052008000200008&lng=en&tlng=es.
- Santos, B., Araujo, S., & Baumgarten, M. (2016). As Epistemologias do Sul num Mundo fora do mapa. *Sociologias*. 18 (43), 14-23. <https://doi.org/10.1590/15174522-018004301>
- Silva, F. (1997). Conhecimento e Razão Instrumental. *Psicologia USP*, 8(1). <https://doi.org/10.1590/S0103-65641997000100002>
- Syvitski, J., Waters, C., Day, John. *et al.* (2020). Extraordinary human energy consumption and resultant geological impacts beginning around 1950 CE initiated the proposed Anthropocene Epoch. *Commun Earth Environ*, 1 (32). <https://doi.org/10.1038/s43247-020-00029-y>
- Steffen, W., Grinevald, J., Crutzen, P., & McNeill, J. (2011). Anthropocene: conceptual and historical perspectives. *Philosophical Transactions of The Royal Society*, 369(1938), 369-1938. <https://doi.org/10.1098/rsta.2010.0327>
- Weber, M. (1989). *Ciência e Política: duas vocações*. Cultrix.